

REFORMA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A PARTIR DOS ANOS 1990 E SUAS REPERCUSSÕES NA REGIÃO CENTRO-OESTE

SUPERIOR EDUCATION REFORM FROM THE 1990S AND ITS IMPACT ON THE CENTER-WEST REGION

Mariluce Bittar ¹
João Ferreira de Oliveira ²
Jandernaide Lemos ³

Resumo

Neste artigo analisa-se a expansão da educação superior na região Centro-Oeste, a partir dos anos 1990, destacadamente no período noturno, tendo por base a reforma da educação superior nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007). O objetivo primordial é examinar em que medida a educação superior oferecida no turno noturno contribui para democratizar o acesso a esse nível de ensino, ou, em outras palavras, colabora para o acesso e a permanência de estudantes das camadas menos favorecidas da sociedade em cursos de nível superior. Para tanto, apresentam-se características básicas e desafios da educação superior no contexto atual, com base em alguns indicadores socioeconômicos e educacionais da região Centro-Oeste, no sentido de evidenciar o acesso ao ensino noturno e as perspectivas de democratização na região.

Palavras-Chave: Política de Educação Superior; Reforma do Estado; Região Centro-Oeste

Abstract

This article analyzes the expansion of the superior education in the Center-West, from the 1990s, prominently in the evening period, based on the reform of the superior education in the government of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007). The primary objective is to examine to what extent superior education offered on the night shift, if it helps to democratize the access to this level of education or, in other words, works for the access and permanence into these courses with students from disadvantaged sections of society. To this end, we present the basic characteristics and challenges of higher education in the current context, based on some indicators of socioeconomic and educational Center-West region, to highlight the evening access to education and the prospects for democratization into this region.

Keywords: Superior Education Policy, Reform of the State, the Center-West Region

INTRODUÇÃO – O CONTEXTO DA PESQUISA

Neste artigo analisa-se expansão da educação superior na região Centro-Oeste, a partir dos anos 1990, tendo por base a reforma da educação superior nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e no primeiro mandato de

Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006). Definiu-se como objetivo principal do texto, examinar em que medida a educação superior oferecida no turno noturno contribui para democratizar o acesso a esse nível de ensino, ou, em outras palavras, colabora para o acesso e a permanência de estudantes das camadas menos favorecidas da sociedade em cursos de nível superior.

¹ Dra. em Educação (UFSCar), Professora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) e Editora da Série-Estudos (PPGE-UCDB). Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPPES). Vice-Coordenadora do GT Política de Educação Superior da ANPEd e Membro da Comissão Editorial da Revista Brasileira de Educação (RBE). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: bittar@ucdb.br

² Dr. em Educação (USP), Professor da Universidade Federal de Goiás. Vice-Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: joafo@terra.com.br

³ Mestre em Educação Física (san Francisco State University – USA), Professora da Universidade Estadual de Goiás. E-mail: janrlemos@gmail.com

Para realizar as análises foram selecionados dados dos Censos da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a fim de examinar as tendências nos períodos de 1991 a 1996 (data da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB); 1996 a 2002 e 2002 a 2009 (ano do último Censo publicado quando da elaboração deste texto). Há algumas tabelas, no entanto, que não foi possível apresentar todos os dados dessa periodização, visto que o INEP não disponibilizou tais informações. Mas as análises não sofreram prejuízos em função desse aspecto, pois as tendências observadas com os dados disponíveis não teriam mudanças radicais no que se refere à ampliação do acesso no período noturno, em especial de estudantes-trabalhadores.

Faz-se necessário destacar que este artigo faz parte do Projeto Interinstitucional de Pesquisa, intitulado “Ensino Noturno – acesso e democratização da educação superior”, desenvolvido com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (UFMS). Integraram o projeto pesquisadores da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Estadual de Goiás (UEG) e Centro Universitário de Campo Grande (UNAES). A pesquisa desenvolveu-se no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas de Educação Superior (GEPES-UCDB), que reúne pesquisadores de várias Instituições de Educação Superior do país, em particular dos estados da região Centro-Oeste. Esses pesquisadores estão vinculados também à rede Universitas/Br e ao Grupo de Trabalho Política de Educação Superior da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd).

A pesquisa tinha como objetivo geral, “analisar o processo de expansão do ensino noturno, como mecanismo de acesso e democratização, na região centro-oeste, tendo por base as reformas da educação superior nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006)”. (BITTAR; OLIVEIRA, 2006, p.8-9).

Desse modo, compreender como ocorreu esse processo de expansão nos estados que compõem a

região Centro-Oeste, apresentava-se de suma importância para se investigar de que forma esse processo influenciou no acesso e na democratização da educação superior nessa região, fato que possibilita também, a análise comparativa entre os estados da região e os indicadores observados no Brasil, no contexto das reformas neoliberais empreendidas com ênfase nos anos 1990 em diante.

1 A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS

Ao analisar as mudanças ocorridas no âmbito da educação superior no Brasil, dez anos após a aprovação da LDB, Ristoff (2008, p. 41-44) identifica dez características básicas que sintetizam as principais alterações: a) expansão, b) privatização, c) diversificação, d) centralização, e) desequilíbrio regional, f) ampliação do acesso, g) desequilíbrio de oferta, h) ociosidade de vagas, i) corrida por titulação, j) lento incremento na taxa de escolarização superior.

A reforma da educação superior ocorrida, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990, implicou um processo de reestruturação da educação superior, alterando significativamente a situação estabelecida desde a reforma universitária de 1968. Os dados dos Censos da Educação Superior, sobretudo a partir de 1995, evidenciam que o sistema: a) cresceu, tanto no número de IES como no de matrículas; b) continua privatizado, atingindo, em 2009, 73,6% das matrículas em cursos de graduação de instituições privadas (INEP, 2010); c) diversificou-se, sobretudo na organização acadêmica e na oferta de cursos, tornando-se mais heterogêneo; d) centralizou-se, pois a União ficou responsável pela avaliação e regulação das instituições federais e privadas; e) manteve-se o desequilíbrio regional, com maior concentração de cursos e instituições na região sudeste, em que pese a expansão ocorrida em todo o país; f) ampliou as oportunidades de acesso, mesmo que por meio de instituições privadas, que contaram com apoio de programas de financiamento federal como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI); g) enfatizou o crescimento da oferta em alguns poucos cursos, a exemplo dos cursos de Administração, Direito e Pedagogia, evidenciando a falta de articulação com um macroplanejamento

das necessidades profissionais, em razão do crescimento e das demandas sociais do país; h) registrou uma grande ociosidade de vagas, sobretudo em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, evidenciando que o crescimento acelerado desse setor ocorreu sem um controle e um planejamento adequados; i) criou um mercado mais amplo para o exercício do magistério superior, estimulando uma corrida por titulação, o que pode ser evidenciado na melhoria das funções docentes de instituições públicas e privadas; j) incrementou lentamente a taxa de escolarização, abrangendo, em 2006, 12,1% da população de 18 a 24 anos (RISTOFF, 2008)⁴.

Dados do Censo da Educação Superior de 2009 (INEP, 2010) referentes às instituições, cursos, matrículas, vagas e concluintes evidenciam que o setor privado apresenta percentuais bem mais elevados que o setor público. As IES privadas representam 89,4% do total no país e detêm 70,4% dos cursos, 73,6% das matrículas, 87,6% das vagas e 77,3% dos concluintes. O sistema de educação superior no Brasil encontra-se, pois, bastante privatizado, conforme demonstram os dados da Tabela 1:

Tabela 1 – A educação superior no Brasil – 2009

Itens	Total	Público	%	privado	%
Instituições	2.314	245	10,6	2.069	89,4
Cursos	27.827	8.228	29,6	19.599	70,4
Matrículas	5.115.896	1.351.168	26,4	3.764.728	73,6
Vagas	3.164.679	393.882	12,4	2.770.797	87,6
Concluintes	826.928	187.804	22,7	639.124	77,3

Fonte: INEP/MEC, 2010.

A Tabela 2, a seguir, mostra a evolução do crescimento da educação superior no período 1991 a 2009, por região, considerando o número de instituições, cursos, matrículas, vagas e concluintes. Os dados indicam que o aumento foi mais acentuado a partir de 1996. Embora a oferta de educação superior ainda esteja bastante concentrada na região Sudeste, as outras regiões

⁴ Os dados do Censo da Educação Superior de 2006, por exemplo, reforçam essas características do sistema de educação superior. Eles mostram que as matrículas presenciais cresceram 5% em 2006, passando de 4.453.156 para 4.676.646 e que as matrículas em EAD cresceram 80,7%, em 2006, passando de 114.642 para 207.206. A oferta de cursos na modalidade EAD cresceu 571% nos últimos quatro anos e representavam, em 2006, 4,4% das matrículas da graduação presencial; em 2006, 77 instituições estiveram credenciadas para ofertar graduação a distância. (INEP/MEC, 2007)

registraram maior crescimento de IES. Em número de cursos e vagas, a região Sudeste só cresceu mais que a região Sul. Em termos de matrícula e concluintes, todas as outras regiões cresceram mais do que a região Sul. Todavia, mesmo com essa expansão da educação superior em outras regiões, a região Sudeste concentra quase 50% de toda a oferta da educação superior do país.

Tabela 2 – Brasil: educação superior segundo as regiões – 1991 a 2009

Região	1991	1996	2002	2009	%Δ 1991 2009
Região Norte					
Instituições	27	34	83	147	444,4
Cursos	213	412	1.200	1.973	826,3
Matrículas	51.821	77.169	190.111	308.693	495,1
Vagas	12.514	18.831	69.334	159.961	1.178,3
Concluintes	5.549	8.437	17.765	42.565	667,1
Região Nordeste					
Instituições	100	97	256	448	348,0
Cursos	764	1.031	2.514	4.624	505,2
Matrículas	247.041	279.428	542.409	959.748	288,5
Vagas	64.498	76.055	222.676	458.929	611,5
Concluintes	31.848	34.940	68.824	129.708	307,3
Região Sul					
Instituições	131	122	260	386	194,7
Cursos	1.035	1.463	2.949	5.386	420,4
Matrículas	287.702	349.193	677.655	865.936	201,0
Vagas	90.938	106.400	286.952	433.982	377,2
Concluintes	38.580	41.352	84.960	454.942	1.079,2
Região Sudeste					
Instituições	564	575	840	1.090	94,9
Cursos	2.501	3.178	6.341	13.411	436,2
Matrículas	880.427	1.028.297	1.746.277	2.554.632	190,2
Vagas	316.568	390.566	862.543	1.855.011	486,0
Concluintes	142.241	151.952	255.980	136.337	-4,2
Região Centro-Oeste					
Instituições	71	94	198	243	242,3
Cursos	395	560	1.395	2.433	515,9
Matrículas	98.065	134.442	323.461	426.887	335,3
Vagas	32.145	42.384	149.194	261.796	714,4
Concluintes	12.053	17.720	38.731	63.376	425,8

Fonte: INEP/MEC, 1992; 1997; 2003; 2010.

Os dados do crescimento da educação superior por região apontam para uma desconcentração da oferta na região sudeste, sobretudo na última década. A ampliação, a modernização, a integração econômica e as

transformações produtivas vêm criando uma maior demanda por educação superior. Além disso, os empresários da educação passaram a investir em outros estados e regiões do país, ampliando o raio de ação de IES já consolidadas. Ademais, novos empresários passaram a investir na educação superior, ampliando seus negócios, o que provavelmente explica o crescimento acelerado que ocorreu, sobretudo no período 1996 a 2002, fazendo com que esse segmento concentrasse 90% das instituições de educação superior instaladas no Brasil, levando o país a ter um dos sistemas mais privatizados do mundo.

Essas alterações concretizaram-se em razão de um conjunto de políticas que foram implementadas no país, especialmente a partir da segunda metade da década de 1990. Desde a aprovação da LDB, foram definidas e implementadas políticas pautadas pelos princípios da *flexibilidade*, da *competitividade* e da *avaliação*, que foram capazes de reestruturar o sistema de educação superior, tornando-o mais diversificado, diferenciado e heterogêneo. O objetivo maior era romper com o modelo instituído na reforma universitária de 1968, que se baseou no princípio da indissociabilidade entre ensino-pesquisa e na universidade como modelo básico de organização acadêmica para oferta de cursos de nível superior, em contraposição às instituições isoladas (OLIVEIRA; DOURADO, 2003)

A *flexibilidade* adotada favoreceu o processo de diversificação e diferenciação dos formatos institucionais – universidades e outros tipos de instituições (centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas, institutos superiores de educação) – e da oferta de novos cursos, destacando-se os cursos sequenciais, os cursos tecnológicos de educação profissional e os mestrados profissionais⁵. A universidade deixou de ser referência para a expansão do sistema, bem como a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão preconizada pela Constituição Federal de 1988, o que favoreceu a idéia de instituições exclusivamente dedicadas ao ensino.

As transformações ocorridas desde 1995 evidenciam que o sistema assumiu uma

perspectiva mais mercantil, sendo mais regulado pelo mercado. Esse processo de mercantilização, ou *quase-mercado* na educação superior (AMARAL, 2003), ocorreu em parte pelo crescimento acelerado da oferta de vagas via setor privado e, em parte, pelo aumento da prestação de serviços, contratos e convênios nas instituições públicas, que foram ao mercado buscar recursos para complementar seus orçamentos. O sistema de educação superior passa, pouco a pouco, a ser mais orientado pelos sinais de mercado e pelos interesses dos empresários da área de ensino. Como afirmam Oliveira e Dourado (2003, p. 80),

A *competitividade mercantil* foi incorporada na lógica das políticas do governo federal na medida em que houve um processo de facilitação da criação de instituições e de cursos, da adoção de uma perspectiva de tratamento dos alunos como clientes e/ou consumidores de produtos acadêmicos, da ênfase em uma expansão pela via das IES e cursos privados, da redução de gastos nas IFES, dentre outras.

De modo complementar aos processos de flexibilização e de competição do sistema de educação superior, instituiu-se, no governo de Fernando Henrique Cardoso, um sistema de avaliação⁶. Inicialmente, criou-se um Exame Nacional de Cursos (ENC), em 1995, para mensurar a graduação por meio da avaliação da aprendizagem do estudante, aferindo assim a qualidade dos produtos ou do ensino oferecido pelas diferentes IES. O ENC (Provão) ocupou, pois, papel central na expansão do sistema, pois gerou vários *rankings* de cursos e/ou IES. A regulação da qualidade dos cursos efetivamente não ocorreu durante toda a vigência do Provão (1996-2003), pois nenhum curso foi fechado e nenhuma IES foi punida em razão de baixo desempenho.

Posteriormente, em 2004, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), extinguindo-se o Provão. Esse sistema procura integrar avaliação interna e externa e desenvolvimento institucional e regulação estatal,

⁵ Registra-se ainda, na mesma direção, a flexibilização das diretrizes curriculares dos cursos de graduação, processo iniciado em 1997, e também a adoção de várias modalidades de acesso aos cursos superiores, visando a acabar com o vestibular tradicional e diversificar os processos seletivos.

⁶ Desde os anos 1980, a avaliação vem assumindo grande centralidade no âmbito das reformas de Estado de inspiração neoliberal, tendo em vista ampliar o papel regulador do mercado e do Estado (AFONSO, 2000).

tendo em vista a melhoria da qualidade da oferta de educação superior. O novo sistema contemplou: a) avaliação dos estudantes por amostragem no início e ao final do curso de graduação; b) avaliação das condições de oferta de ensino, realizada *in loco* por especialistas; c) autoavaliação institucional, sob a responsabilidade de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA); d) avaliação externa realizada pelos pares, sob a coordenação do INEP.

Dados de pesquisa realizada por Fonseca e Oliveira (2007) evidenciam que o SINAES “está implicando um processo de padronização/unificação dos projetos de autoavaliação institucional na maior parte das IES, sobretudo naquelas com pouco capital científico acumulado”. Segundo os autores, a implementação desse sistema “ainda não foi capaz de criar uma cultura efetiva de avaliação no interior das IES”. Entendem também que “apesar da vinculação entre avaliação e qualidade ser recomendada nos documentos oficiais e nos projetos de autoavaliação das IES, essa relação não apresenta ainda parâmetros suficientes para a construção de um conceito consistente de qualidade”. O mais grave, para os autores, é que “os resultados da avaliação institucional (instituições, cursos e estudantes) continuam reforçando mais o caráter concorrencial (qualidade concorrencial da empresa capitalista) do que o desenvolvimento das IES”. Além disso, “a regulação-controle, uma das finalidades do SINAES, sobrepõe-se à avaliação para o desenvolvimento autônomo das instituições, de acordo com a missão específica e a qualidade da formação”.

Para Oliveira e Dourado (2003), as políticas implementadas, tendo por base os princípios da flexibilização, diversificação e diferenciação, tiveram forte influência no processo de reestruturação da educação superior, caracterizado, sobretudo, pela expansão privada e pelo acirramento da crise nas instituições públicas. Tais ações implicam um processo excludente de expansão das oportunidades educacionais na medida em que a referida expansão não democratizou efetivamente o acesso à educação superior. Portanto, permanece como grande desafio para a educação superior no Brasil: alcançar, com parâmetros de qualidade, a meta do Plano Nacional de Educação, de 2001, de matricular 30% de jovens de 18 a 24 anos na educação superior, até o ano de 2011. A

ampliação ou massificação que ocorreu até o momento no país, sobretudo na última década, não foi capaz de democratizar o acesso, de modo a romper com duas características que persistem no sistema atual: exclusão e elitismo (RISTOFF, 2008).

Ao analisar os dados da educação superior no Brasil, Ristoff (2008, p. 48-49) afirma que “em todos os estados brasileiros a representação percentual de brancos, ricos e egressos do ensino médio privado, no *campus*, é maior do que a sua representação na sociedade”. Para esse autor, as “políticas afirmativas precisam levar em conta não só as instituições, mas os seus cursos”. Precisam também “levar em conta não só médias nacionais ou regionais, mas a realidade de cada unidade da federação”. Segundo ele, “só com políticas de expansão, combinadas com a democratização do acesso e da permanência [...], é possível fazer com que o *campus* deixe de ser este espelho que aguça as nossas distorções e se torne uma lâmpada que ilumine os caminhos rumo à igualdade de oportunidade para todos”. O desafio mais amplo é o de “superar a expansão da oferta de vagas para chegarmos à efetiva democratização do acesso e da permanência dos estudantes de baixa-renda”. (RISTOFF, 2008, p.48).

2 - REGIÃO CENTRO-OESTE: BREVE CARACTERIZAÇÃO

A região Centro-Oeste, localizada no Planalto Central, ocupa 18,86% do território brasileiro, com uma área de 1.612.077,2 km², sendo formada pelos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

O estado de Goiás é o mais central dos estados brasileiros e o mais populoso da Região Centro-Oeste. Situado no coração do País, Goiás foi fundado no início do século XVIII por bandeirantes, que chegaram a suas terras em busca de minérios, sobretudo o ouro. Goiás guarda, até hoje, em suas cidades, as marcas deixadas pelo ciclo do ouro, no período colonial, época em que a região prosperou devido à riqueza de suas minas⁷. Com vocação para a agropecuária, fonte de recurso explorada após o fim do ciclo do ouro,

⁷ Com o objetivo de estimular o desenvolvimento na Região Norte, onde estão as maiores carências sociais e as disputas pela posse de terras provocadas pela concentração da propriedade fundiária, em 1988, Goiás é dividido e sua porção norte passa a constituir o estado do Tocantins.

Goiás acabou se transformando em um importante produtor de grãos e de gado, tendo na criação de gado, atualmente, a sua principal fonte de renda, seguida da produção industrial e do comércio. A capital, Goiânia, foi projetada para funcionar como centro político e econômico do Estado.

O estado de Mato Grosso, por sua vez, foi o destino de algumas das mais importantes expedições que partiram de São Paulo durante o século XVIII para povoar o interior do país, criar entrepostos comerciais e encontrar jazidas de ouro e pedras preciosas. A localização estratégica de Mato Grosso o transforma em alternativa para a ligação portuária com o Pacífico, através da cidade de Cáceres, no oeste do estado, na fronteira com a Bolívia, e desta para as cidades de San Matias e Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, e aos portos do Chile e do Peru.

O estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar n. 31 de 11 de outubro de 1977, com o desmembramento do estado do Mato Grosso. Dois terços do Pantanal encontram-se no estado; possui a maior área alagável do mundo. Em Mato Grosso do Sul concentra-se a segunda maior população indígena do Brasil e a terceira de imigrantes e descendentes de japoneses do Brasil, depois de São Paulo e do Paraná. Mas, o estado possui também fortes características dos povos árabes, além dos paulistas, gaúchos e paranaenses, atraídos por oportunidades de negócios, num estado que nascia com o ideal de ser “estado modelo da Nação”⁸.

O Distrito Federal (DF), com a capital Brasília, encontra-se numa área cedida pelo estado de Goiás. Sua capital foi construída para ser o centro do poder no País. É uma das cidades mais conhecidas pelo seu planejamento, sendo considerada marco do urbanismo contemporâneo e da arquitetura moderna. O DF não é um estado nem possui municípios, consiste em um território autônomo, dividido em regiões administrativas. Exceto Brasília, capital federal e sede do governo do Distrito Federal, as demais regiões administrativas são conhecidas como cidades-satélites e mantêm certa autonomia administrativa, mas suas atividades econômicas e sociais dependem de Brasília.

A Tabela 3 apresenta dados econômicos e educacionais da região Centro-Oeste. Mato Grosso possui a maior área da região, mas, a maior população e o maior número de municípios encontram-se em Goiás. No entanto, a maior densidade demográfica concentra-se no DF, que também possui a maior taxa de escolarização líquida no ensino fundamental e médio e na educação superior da região. O DF também possui a menor taxa de analfabetismo e a maior taxa de participação no PIB da região. Portanto, verifica-se que os dados do DF devem ser em geral observados com distinção, uma vez que elevam os indicadores de todo o Centro-Oeste.

Tabela 3 – Aspectos econômicos e educacionais do Distrito Federal e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

Descrição	Distrito Federal	Goiás	Mato Grosso	Mato Grosso do Sul
Área	5.822,1 km ²	340.117,6 km ²	906.806,9 km ²	358.158,7 km ²
População - 2010	2.562.963 hab.	6.004.045 hab.	3.033.991 hab.	2.449.341 hab.
Municípios	1	246	141	78
Densidade demográfica	440,2 hab./km ²	17,6 hab./km ²	3,2 hab./km ²	6,8 hab./km ²
Taxa de escolarização líquida ensino fundamental - 2006	94,4%	95,6%	94,6%	96,1%
Taxa de escolarização líquida ensino médio - 2006	54,3%	47,9%	47,3%	44,1%
Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais - 2009	3,4%	8,6%	10,2%	8,7%
Participação no PIB Centro-Oeste - 2008	42,14%	26,98%	19,00%	11,88%
Participação no PIB Brasil - 2008	3,9% (8º lugar)	2,5% (9º lugar)	1,7% (14º lugar)	1,1% (17º lugar)

Fontes: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (PNAD) e Contas Regionais do Brasil. INEP / MEC

Conforme Tabela 4, o Distrito Federal apresenta o maior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da região Centro-Oeste, em 2007 e 2009, inclusive do Brasil nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Nos anos finais do ensino fundamental, o Distrito Federal segue a mesma tendência, superando o índice do país, o mesmo ocorrendo no Ensino Médio.

⁸ Expressão cunhada pelos divisionistas para marcar o nascimento do novo estado, que nasceria sem “vícios políticos do antigo estado” e com uma estrutura administrativa “ágil e sem burocracia” (BITTAR, 1995).

Tabela 4 - IDEB 2007, 2009 e Projeções para o Brasil e estados da região Centro-Oeste

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental				
	IDEB Observado		Metas		
	2007	2009	2007	2009	2021
Brasil	4,2	4,6	3,9	4,2	6,0
MS	4,3	4,6	3,6	4,0	5,8
MT	4,4	4,9	3,7	4,0	5,9
GO	4,3	4,9	4,0	4,3	6,1
DF	5,0	5,6	4,9	5,2	6,9
	Anos Finais do Ensino Fundamental				
	IDEB Observado		Metas		
	2007	2009	2007	2009	2021
Brasil	3,8	4,0	3,5	3,7	5,5
MS	3,9	4,1	3,4	3,5	5,4
MT	3,8	4,3	3,1	3,3	5,1
GO	3,4	3,6	3,3	3,5	5,3
DF	4,0	4,4	3,9	4,0	5,8
	Ensino Médio				
	IDEB Observado		Metas		
	2007	2009	2007	2009	2021
Brasil	3,5	3,6	3,4	3,5	5,2
MS	3,8	3,8	3,3	3,4	5,1
MT	3,2	3,2	3,1	3,2	4,9
GO	2,8	3,1	2,9	3,0	4,7
DF	4,0	3,8	3,6	3,7	5,4

Fonte: Saeb e Censo Escolar

Nota-se que o Distrito Federal é responsável, em grande parte, pelos bons índices da região Centro-Oeste em vários indicadores, não sendo diferente na área da educação. Os outros estados apresentam destaques nos seguintes indicadores: a) nos anos iniciais do Ensino Fundamental, Mato Grosso e Goiás aparecem em segundo lugar na região, em 2009; b) nos anos finais do Ensino Fundamental, Mato Grosso permanece em segundo lugar e Mato Grosso do Sul em terceiro, no mesmo ano; c) no Ensino Médio, Mato Grosso do Sul aparece em primeiro lugar, com o mesmo índice do Distrito Federal, ambos superando a média nacional.

3 - A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA REGIÃO CENTRO-OESTE: ENSINO NOTURNO E PERSPECTIVAS DE DEMOCRATIZAÇÃO

As características da reforma do Estado empreendida pelos governos neoliberais, especialmente a partir dos anos 1990, no que diz respeito às mudanças ocorridas na educação superior, refletem-se, também, na região Centro-Oeste. A privatização, a mercantilização e a

expansão do acesso, por meio do ensino noturno, são algumas dessas características a seguir analisadas.

3.1 Instituições de Educação Superior na Região Centro-Oeste

De acordo com a Tabela 5, do total de IES no Brasil, em 2009 (2.314), 10,5% estavam instaladas na região Centro-Oeste, ou seja, 243. Do total de IES da região Centro-Oeste 16,8% localizam-se em Mato Grosso do Sul, 25% em Mato Grosso, 32% em Goiás e 25,9% no Distrito Federal.

Os dados registram que houve crescimento de 1991 a 2009, de 242,2% de IES situadas na região Centro-Oeste sendo o Distrito Federal com maior percentual de crescimento (384,6%), seguido dos estados de Mato Grosso (258,8%), Mato Grosso do Sul (272,7%) e Goiás (160%), respectivamente. No período de 1991 a 1996, Mato Grosso do Sul foi o estado que apresentou maior crescimento, 100%, enquanto a região cresceu 32,4% e o Brasil 3,2%. No período seguinte, 1996-2002, foi o Distrito Federal que mais cresceu em número de IES, 400%; a região registrou 110,6% e o Brasil 77,5% de crescimento. Em relação ao período de 2002 a 2009, observa-se que o Distrito Federal decresceu 3,1% e o estado de Mato Grosso apresentou o maior crescimento da região, 60,5%.

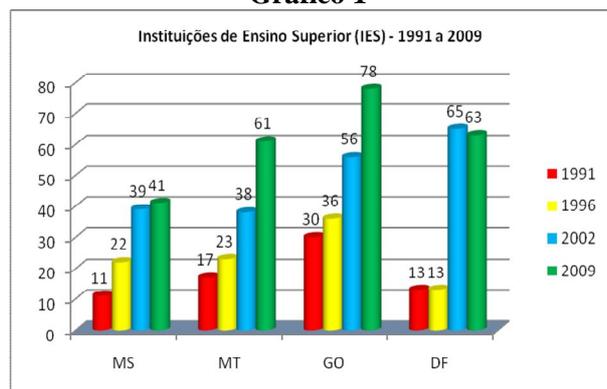
Tabela 5 - Instituições de Educação Superior na Região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS	MT	GO	DF
1991	893	71	11	17	30	13
1996	922	94	22	23	36	13
2002	1.637	198	39	38	56	65
2009	2.314	243	41	61	78	63
%Δ 1991 a 1996	3,2	32,4	100	35,3	20	0
%Δ 1996 a 2002	77,5	110,6	77,3	65,2	55,6	400,0
%Δ 2002 a 2009	41,4	22,7	5,1	60,5	39,3	-3,1

Fonte: INEP/MEC

O Gráfico 1 ilustra o crescimento das IES instaladas na região Centro-Oeste, no período de 1991 a 2009.

Gráfico 1



Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010

Verifica-se, na Tabela 6, que as IES públicas da região Centro-Oeste, no período de 1991 a 1996, cresceram 24%, enquanto as IES privadas cresceram 37%. Porém, no período de 1996 a 2002, percebe-se percentual muito maior de crescimento no setor privado, atingindo 185,7% e decréscimo no setor público (-41,9%). De 2002 a 2009 o setor público apresenta diminuição nesse decréscimo (-11,1%) e o setor privado também diminuiu para 26,1% o seu crescimento.

Tabela 6 – Instituições de Educação Superior na Região Centro-Oeste, segundo a categoria administrativa – 1991 a 2009

Ano	Br		CO		MS	
	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.
1991	222	671	25	46	1	10
1996	211	711	31	63	1	21
2002	195	1.442	18	180	2	37
2009	245	2.069	16	227	3	38
%Δ 1991 a 1996	-5,0	6,0	24,0	37,0	0,0	110,0
%Δ 1996 a 2002	-7,6	102,8	-41,9	185,7	100,0	76,2
%Δ 2002 a 2009	25,6	43,5	-11,1	26,1	50,0	2,7

Ano	MT		GO		DF	
	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.	Públ.	Priv.
1991	2	15	20	10	2	11
1996	3	20	26	10	1	12
2002	4	34	10	46	2	63
2009	3	58	8	70	2	61
%Δ 1991 a 1996	50,0	33,3	30,0	0,0	-50,0	9,1
%Δ 1996 a 2002	33,3	70,0	-61,5	360,0	100,0	425,0
%Δ 2002 a 2009	-25,0	70,6	-20,0	52,2	0,0	-3,2

Fonte: INEP/MEC

Com relação aos estados da região, percebe-se que entre 1991 a 1996, o maior crescimento percentual concentrou-se o setor privado no estado de Mato Grosso do Sul, com 110%; em contrapartida, no setor público há que se notar o decréscimo do Distrito Federal: -50%; mas dois períodos posteriores há o crescimento de 100%, com a criação de mais uma IES pública. Esse crescimento, no entanto, revela-se muito inferior ao do setor privado, especialmente no período 1996-2002, apresentando percentual de 425%, ou seja, passou de 12 para 63 instituições. No estado de Mato Grosso do Sul houve expressivo aumento de universidades públicas: em 1991 havia apenas a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); em 2002 registra-se a presença da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), que começou a funcionar em 1997 e, em 2009, observa-se a existência de mais uma instituição pública, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), criada em 2006 por meio de processo de desmembramento da UFMS. O estado de Goiás apresenta percentual negativo no setor público, de 1996 a 2009, devido às seguintes situações: 1) a criação da Universidade Estadual de Goiás, que aglomerou as 13 autarquias (faculdades) existentes no estado; e 2) a reestruturação das seis faculdades localizadas no município de Mineiros em apenas uma, Faculdades Integradas de Mineiros (FIMES).

3.2 Cursos de graduação presencial na região Centro-Oeste

De acordo com a Tabela 7, observa-se que em 2009 a região Centro-Oeste ofertou 2.433 do total 27.827 cursos ofertados no Brasil, representando 8,7% de oferta nas 243 IES instaladas na região. O período com maior crescimento percentual na oferta de cursos, compreende os anos de 1996 a 2002, especialmente no estado de Goiás, que cresceu de 179 para 533 cursos oferecidos, ou seja, 197,8%; em seguida aparece o Distrito Federal, com 180% de crescimento, passando de 105 para 294 cursos de graduação presencial. No período 2002-2009 observam-se índices menores de crescimento em todos os estados, inclusive na região Centro-Oeste (74,4%) e no Brasil (93,3%).

Tabela 7 – Cursos de graduação presencial na Região Centro-Oeste 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS
1991	4.908	395	98
1996	6.644	560	150
2002	14.399	1.395	297
2009	27.827	2.433	431
%Δ 1991 a 1996	35,4	41,8	53,1
%Δ 1996 a 2002	116,7	149,1	98,0
%Δ 2002 a 2009	93,3	74,4	45,1

Ano	MT	GO	DF
1991	78	133	86
1996	126	179	105
2002	271	533	294
2009	479	906	617
%Δ 1991 a 1996	61,5	34,6	22,1
%Δ 1996 a 2002	115,1	197,8	180,0
%Δ 2002 a 2009	76,8	70,0	109,9

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010.

De acordo com Tabela 8, a maior concentração de oferta de cursos de graduação presencial encontra-se nas IES do interior, evidenciando a efetividade do processo de interiorização da educação superior nos três estados da região: MS, MT e Goiás. Verifica-se, ainda, que, no período de 1991 a 1996, o maior crescimento de oferta de cursos ocorreu na capital no estado de Mato Grosso do Sul (79,5%) e, no interior, em Mato Grosso (68,4%). No período de 1996 a 2002, a maior oferta na capital foi no Distrito Federal (180%) e no interior foi no estado de Goiás (242,1%). No último período de estudo, o maior crescimento de oferta na capital e no interior ocorreu no estado de Mato Grosso: 147,7% e 43,8% respectivamente.

Tabela 8 - Cursos de graduação presencial segundo a localização, na região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	MS		MT	
	Capital	Interior	Capital	Interior
1991	39	59	40	38
1996	70	80	62	64
2002	113	184	86	185
2009	213	218	213	266
%Δ 1991 a 1996	79,5	35,6	55,0	68,4
%Δ 1996 a 2002	61,4	130,0	38,7	189,1
%Δ 2002 a 2009	88,5	18,5	147,7	43,8

Ano	GO		DF
	Capital	Interior	Capital
1991	54	79	86
1996	72	107	105

2002	167	366	294
2009	382	524	617
%Δ 1991 a 1996	33,3	35,4	22,1
%Δ 1996 a 2002	131,9	242,1	180,0
%Δ 2002 a 2009	128,7	43,2	109,9

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010.

3.3 Matrículas nas Instituições de Educação Superior da Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste, em 2009, foi responsável por 8,35% das matrículas nos cursos de graduação presencial no Brasil, ou seja, 426.887 estudantes cursando esse nível de ensino. O estado de Goiás aparece em primeiro lugar, com maior número de matrículas, 142.220, seguido pelo Distrito Federal, 139.424, Mato Grosso, 80.102 e Mato Grosso do Sul, 65.141 matrículas. A região apresenta, também, crescimento no número de matrículas que supera os índices do Brasil, tanto no período de 1991-1996 e 1996-2002, fato que se observa também em todos os estados e no Distrito Federal. No período 2002-2009, o estado de Mato Grosso é o único que apresenta maior índice de crescimento (53,2%) em relação à região (32%) e ao Brasil (47%), conforme se verifica nos dados da Tabela 9.

Tabela 9 - Matrículas nos cursos de graduação presencial na região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS
1991	1.565.056	98.065	18.012
1996	1.868.529	134.442	25.523
2002	3.479.913	323.461	55.824
2009	5.115.896	426.887	65.141
%Δ 1991 a 1996	19,4	37,1	41,7
%Δ 1996 a 2002	86,2	140,6	118,7
%Δ 2002 a 2009	47,0	32,0	16,7

Ano	MT	GO	DF
1991	12.566	35.301	32.186
1996	24.213	43.706	41.000
2002	52.297	119.297	96.043
2009	80.102	142.220	139.424
%Δ 1991 a 1996	92,7	23,8	27,4
%Δ 1996 a 2002	116,0	173,0	134,3
%Δ 2002 a 2009	53,2	19,2	45,2

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010.

Com relação ao turno de funcionamento, de acordo com os dados da Tabela 10, observa-se que, no período de 1991-1996, o maior crescimento no turno noturno ocorreu em Mato Grosso, 93,8%, bem como no diurno, 91,2%. Nos anos de 1996 a 2002, o estado de Goiás apresentou maior crescimento no turno diurno (206,8%), enquanto no turno noturno o maior percentual ficou com o estado de Mato Grosso (151,2%). No período seguinte, 2002-2008, o estado de Mato Grosso continuou apresentando maior crescimento percentual tanto no diurno (84,8%) quanto no noturno (51,2%).

Tabela 10 – Matrículas nos cursos de graduação presencial segundo os turnos de funcionamento, na região Centro-Oeste, 1991 a 2008

Ano	MS		MT	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1991	4.857	13.155	5.298	7.268
1996	7.949	17.574	10.130	14.083
2002	20.025	35.799	16.924	35.373
2008	25.146	43.629	31.281	53.482
%Δ 1991 a 1996	63,7	33,6	91,2	93,8
%Δ 1996 a 2002	151,9	103,7	67,1	151,2
%Δ 2002 a 2008	25,6	21,9	84,8	51,2

Ano	GO		DF	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1991	16.700	18.601	13.369	18.817
1996	19.002	24.704	19.004	21.996
2002	58.300	60.997	43.607	52.436
2008	65.788	92.187	57.326	75.592
%Δ 1991 a 1996	13,8	32,8	42,1	16,9
%Δ 1996 a 2002	206,8	146,9	129,5	138,4
%Δ 2002 a 2008	12,8	51,1	31,5	44,2

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2009.

Obs: Não há dados disponíveis sobre os turnos de funcionamento no Censo da Educação Superior de 2009.

3.4 Concluintes nos Cursos de Graduação Presencial na Região Centro-Oeste

Com relação aos concluintes nos cursos de graduação presencial, verifica-se, na Tabela 11, que todos os estados superaram, em algum momento histórico, os dados do Brasil e os da própria região. No primeiro período, 1991-1996, o estado que apresentou maior crescimento no número de concluintes foi o Mato Grosso (141,2%), seguido do Distrito Federal (38,9%),

Mato Grosso do Sul (38,3%) e Goiás, com menor índice (16, 9%). No período subsequente, 1996-2002, o estado de Mato Grosso continua na primeira colocação, com o percentual de 165,1%, seguido do estado de Goiás com 152%; Mato Grosso do Sul, com 80,7% e o Distrito Federal com 53,8%, aparecem em terceiro e quarto lugar da região. No último período analisado, 2002-2009, somente o estado de Mato Grosso do Sul, com 100,8% e o Distrito Federal, com 101% superam os índices da região (63,6%) e do Brasil (77,4%).

Pode-se inferir que esse significativo crescimento no número de concluintes, especialmente entre os anos de 1996 a 2006, ocorreu em função de: a) criação das Universidades Estaduais em todos os estados da região (com exceção do Distrito Federal)⁹, que possibilitou o processo de interiorização da oferta de vagas e cursos, contribuindo para a expansão do acesso às IES públicas e, por consequência, maior probabilidade de conclusão dos cursos por parte dos estudantes, especialmente os de menor poder aquisitivo; b) implementação de programas do governo federal, como por exemplo o FIES e o Prouni, destinados à permanência dos estudantes na educação superior; c) programas de bolsas sociais das IES privadas, sobretudo as IES privadas comunitárias/confessionais/filantrópicas, em razão da exigência para a obtenção do certificado de filantropia. Esses fatores, aliados à própria exigência do mercado de trabalho podem ter contribuído para o crescimento do número de concluintes nesse nível de ensino.

Tabela 11 - Concluintes dos cursos de graduação presencial na região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS
1991	236.410	13.571	2.543
1996	260.224	18.762	3.406
2002	466.260	38.731	6.154
2009	826.928	63.376	12.357
%Δ 1991 a 1996	10,1	38,3	33,9
%Δ 1996 a 2002	79,2	106,4	80,7
%Δ 2002 a 2009	77,4	63,6	100,8

⁹ No Distrito Federal, foi criada, em 2002, a Escola Superior de Ciências da Saúde, de natureza estadual e que se destina “[...] a formar, exclusivamente, médicos, funcionando em instalações de propriedade da Secretaria de Saúde do Governo do Distrito Federal, órgão ao qual é subordinada” (SOUZA; ARAÚJO, 2002/06, p.51).

Ano	MT	GO	DF
1991	1.141	5.135	4.752
1996	2.752	6.005	6.599
2002	7.295	15.131	10.151
2009	11.136	19.476	20.407
%Δ 1991 a 1996	141,2	16,9	38,9
%Δ 1996 a 2002	165,1	152,0	53,8
%Δ 2002 a 2009	52,7	28,7	101,0

Fonte: INEP/MEC

A análise da Tabela 11 deve ser complementada com os dados apresentados na Tabela 12, os quais mostram que, no período 1997-2002, o estado de Mato Grosso registrou o maior percentual de crescimento de concluintes no turno noturno, com 160%, seguido do estado de Goiás, 71,8% e Mato Grosso do Sul, 67%; o Distrito Federal aparece com o menor percentual: 63,6%. No turno diurno, o estado de Goiás continua apresentando o maior crescimento, 174,4%, seguido de Mato Grosso do Sul, 137,5%, Mato Grosso, 122,9% e o Distrito Federal, com o menor índice: 47,3%. No entanto, observa-se que no período 2002-2008, o Distrito Federal apresenta os maiores índices de crescimento de alunos concluintes, tanto no diurno, com 120,1%, quanto no noturno, 114,7%.

Tabela 12 - Concluintes dos cursos de graduação presencial, segundo os turnos de funcionamento, na região Centro-Oeste, 1997 a 2008

Ano	MS		MT	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1997	830	2.505	1.072	1.887
2002	1.971	4.183	2.389	4.906
2008	4.232	7.175	4.806	8.320
%Δ 1997 a 2002	137,5	67,0	122,9	160,0
%Δ 2002 a 2008	114,7	71,5	101,2	69,6

Ano	GO		DF	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1997	2.913	4.154	2.787	3.697
2002	7.993	7.138	4.104	6.047
2008	12.048	15.170	9.031	12.984
%Δ 1997 a 2002	174,4	71,8	47,3	63,6
%Δ 2002 a 2008	50,7	112,5	120,1	114,7

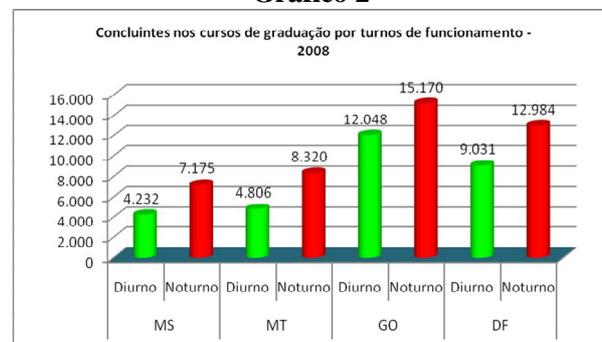
Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2009.

Obs: Não há dados consistentes de 1991 a 1996 e de 2009, nos Censos da Educação Superior por turnos de funcionamento.

É interessante observar, além disso, que, em números absolutos, o turno noturno apresentou, no ano de 2008, por exemplo, maior número de concluintes em todos os estados da região, em comparação com o diurno, revelando, de certa

forma, uma provável tendência a ser confirmada nos próximos anos, sobretudo levando-se em consideração o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996), o Plano Nacional de Educação (PNE/2001), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE/2007) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI/2007), que para a expansão do acesso da educação superior no período noturno, como condição para obtenção de financiamento público para IES públicas. O Gráfico 2 ilustra o crescimento no número de concluintes no ano de 2008, comparando-se os turnos diurno e noturno.

Gráfico 2



Fonte: INEP/MEC, 2009.

3.5 Vagas na Educação Superior, na região Centro-Oeste

A Tabela 13 mostra o crescimento no número de vagas, evidenciando que, no período de 1991 a 1996, todos os estados ampliaram suas ofertas superando a média do Brasil (22,8%), com exceção do Distrito Federal, com o percentual de 15%. Não obstante, de 1996 a 2002, essa realidade transforma-se radicalmente, pois o DF apresenta o maior percentual de crescimento de vagas, com 405,7%, seguido pelo estado de Goiás, 273%, Mato Grosso, 244,2% e Mato Grosso do Sul com a menor média, 151,2%. Os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul apresentam índices menores em relação à região Centro-Oeste (271,9); mas, em relação ao Brasil, cujo índice é de 179,6%, somente o estado de Mato Grosso do Sul registra índice inferior. Nos anos de 2002 a 2009, o estado de Mato Grosso é o apresenta maior crescimento de vagas (73,9%), seguido pelo Distrito Federal (67,5%), Goiás (67,2%) e Mato Grosso do Sul, novamente com o menor índice (-

51,5%), inferior ao percentual da região (66,1%) e do Brasil (78,5%).

Tabela 13 - Vagas nos cursos de graduação presencial na região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS
1991	516.663	32.145	6.847
1996	634.236	42.384	9.665
2002	1.773.087	157.623	24.279
2009	3.164.679	261.796	36.779
%Δ 1991 a 1996	22,8	31,9	41,2
%Δ 1996 a 2002	179,6	271,9	151,2
%Δ 2002 a 2009	78,5	66,1	51,5

Ano	MT	GO	DF
1991	5.405	10.908	8.985
1996	8.396	13.992	10.331
2002	28.902	52.193	52.249
2009	50.260	87.242	87.515
%Δ 1991 a 1996	55,3	28,3	15,0
%Δ 1996 a 2002	244,2	273,0	405,7
%Δ 2002 a 2009	73,9	67,2	67,5

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010.

É preciso considerar, sobretudo, que o vertiginoso crescimento na oferta de vagas, no segundo período de análise, das IES privadas, além de apresentarem expansão quantitativa no número de IES e cursos expandiram também o número de vagas, na tentativa de atrair a demanda por educação superior. Esse fenômeno ocorreu, especialmente, pelo viés da iniciativa privada-empresarial, que detém a maior taxa de ociosidade na educação superior no Brasil.

No entanto, são necessários mais estudos para se verificar em que medida essa ampliação de vagas no turno noturno está garantindo o acesso de estudantes de situação mais desfavorecida economicamente, ou estudantes-trabalhadores a cursos de boa qualidade e de todas as áreas do conhecimento. Via de regra, nas licenciaturas é que se concentra o maior número dessas vagas e cursos do turno noturno, diminuindo a possibilidade de esses estudantes ingressarem em cursos considerados mais concorridos ou elitizados, que funcionam em período integral.

3.6 Candidatos nos Processos Seletivos na Educação Superior na Região Centro-Oeste

A análise da Tabela 14 articulada à Tabela 13 evidencia o quanto a educação superior ainda é excludente, conforme comentado no início deste artigo. Tomando como exemplo o ano de 2009,

observa-se que, no Brasil, foram ofertadas 3.164.679 vagas para 6.223.430 candidatos, ou seja, metade da demanda por esse nível de ensino não foi absorvida pelas Instituições de Educação Superior. O mesmo ocorreu na região Centro-Oeste, que registrou 540.556 candidatos para 261.796 vagas, ou seja, mais de 70.000 jovens ficaram sem acesso à educação superior na região. O Distrito Federal deixou de atender, em 2009, aproximadamente 120.000 jovens, pois ofereceu 87.515 vagas para 210.723 candidatos; o estado de Goiás, que ofertou 87.242 vagas para 169.950 candidatos, deixou de atender em torno de 80.000 jovens que desejavam ter acesso à educação superior; o estado de Mato Grosso registrou 97.395 candidatos para 50.260 vagas, o que significa mais de 47.000 jovens excluídos desse nível de ensino. Finalmente, o estado de Mato Grosso do Sul deixou de atender a demanda de aproximadamente 25.000 estudantes, pois ofereceu apenas 36.779 vagas para 62.488 candidatos.

Tabela 14 - Candidatos nos cursos de graduação presencial na região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS
1991	1.985.825	143.878	25.173
1996	2.548.077	181.652	32.142
2002	4.984.409	465.301	67.937
2009	6.223.430	540.556	62.488
%Δ 1991 a 1996	28,3	26,3	27,7
%Δ 1996 a 2002	95,6	156,1	111,4
%Δ 2002 a 2009	24,9	16,2	-8,0

Ano	MT	GO	DF
1991	27.454	43.298	47.953
1996	24.762	57.569	67.179
2002	66.081	157.128	174.155
2009	97.395	169.950	210.723
%Δ 1991 a 1996	-9,8	33,0	40,1
%Δ 1996 a 2002	166,9	172,9	159,2
%Δ 2002 a 2009	47,4	8,2	21,0

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010.

Os dados evidenciam ainda que há uma exclusão contínua e sistemática, de 1991 a 2009, de candidatos à educação superior que, impedidos de acessar esse nível de ensino, acabam se vinculando ao subemprego, emprego informal ou temporário, sem carteira de trabalho assinada. A falta de perspectiva e de políticas públicas para

enfrentar esse tipo de conjuntura ainda consiste numa questão de Estado não resolvida.

3.7 – Ingressos nos Cursos de Graduação Presencial na Região Centro-Oeste

De acordo com os dados da Tabela 15, no período de 1991 a 1996, o estado da região Centro-Oeste que registrou maior crescimento percentual de ingressantes foi Mato Grosso, com 154,6%, seguido de Mato Grosso do Sul, 136,7% - ambos acima do índice da região Centro-Oeste (131,7%) e do Brasil (119,5%). O estado de Goiás registrou índice de 129,4%, abaixo ao da região e acima ao do Brasil, e o índice do Distrito Federal (118,1%) ficou abaixo ao da região e ao do Brasil. No período posterior, 1996 a 2002, essa situação modificou-se radicalmente, pois o Distrito Federal assume a primeira colocação, com aumento de 281,3% de ingressantes, seguido de Goiás, 219%, Mato Grosso, com 144,6% e Mato Grosso do Sul, 86,3% - o menor índice, inclusive da região (191,5%) w so Brasil (113,2%). No último período da análise, é o estado de Mato Grosso que assume a primeira colocação no crescimento di número de ingressantes (73,1%), ficando bem acima do percentual da região (40,6%) e do Brasil: 58,1%.

Tabela 15 - Ingressos nos cursos de graduação presencial na região Centro-Oeste, 1991 a 2009

Ano	Br	CO	MS
1991	426.558	28.980	6.309
1996	513.842	38.449	8.688
2002	1.095.686	112.079	16.184
2009	1.732.613	157.636	19.275
%Δ 1991 a 1996	119,5	131,7	136,7
%Δ 1996 a 2002	113,2	191,5	86,3
%Δ 2002 a 2009	58,1	40,6	19,1

Ano	MT	GO	DF
1991	4.564	9.702	8.405
1996	7.101	12.651	10.009
2002	17.372	40.363	38.160
2009	30.069	55.842	52.450
%Δ 1991 a 1996	154,6	129,4	118,1
%Δ 1996 a 2002	144,6	219,0	281,3
%Δ 2002 a 2009	73,1	38,3	37,4

Fonte: INEP/MEC, 1992, 1997, 2003, 2010.

Levando em consideração o foco deste estudo, a Tabela 16 contribui para evidenciar o total de ingressantes por turno, nos estados da região. Tomando-se o período de 1996 a 2002, o Distrito Federal registrou maior aumento percentual de ingressantes no turno noturno, ou seja, 287,1%; em seguida, comparecem os estados de Goiás, com aumento de 218,2%, Mato Grosso, 149,7 % e Mato Grosso do Sul, 85 %. No turno noturno é o Distrito Federal que registra o maior índice de crescimento: 273,8%. Contudo, nos anos de 2002 a 2008 o turno diurno é o que registra maior crescimento percentual, como se pode observar: Mato Grosso, 509,4%; Mato Grosso do Sul, 372%; Goiás, 286,5% e o Distrito Federal com 246,4%.

Tabela 16 – Ingressos nos cursos de graduação presencial, segundo os turnos de funcionamento, na região Centro-Oeste, 1996 a 2008

Ano	MS		MT	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1996	2.819	5.869	2.199	4.902
2002	5.327	10.857	5.133	12.239
2008	25.146	43.629	31.281	53.482
1996 a 2002 %Δ	89,0	85,0	133,4	149,7
2002 a 2008 %Δ	372,0	301,9	509,4	337,0

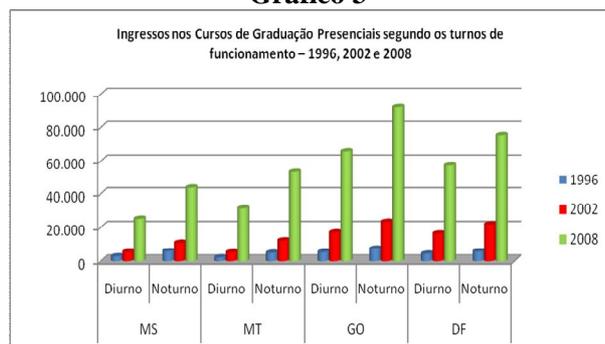
Ano	GO		DF	
	Diurno	Noturno	Diurno	Noturno
1996	5.315	7.336	4.371	5.638
2002	17.023	23.340	16.337	21.823
2008	65.788	92.187	57.326	75.592
1996 a 2002 %Δ	220,3	218,2	273,8	287,1
2002 a 2008 %Δ	286,5	295,0	250,9	246,4

Fonte: INEP/MEC, 1997, 2003, 2007.

Obs: Não há dados consistentes de 1991 a 1994 e 2009 por turnos de funcionamento.

Há que se registrar, todavia, que em números absolutos, o turno noturno registra sempre o maior número de ingressantes, com ênfase para o ano de 2008, como se pode observar no Gráfico 3, que permite a comparação entre os estados da região, nos anos de 1996, 2002 e 2008:

Gráfico 3



Fonte: INEP/MEC, 1997, 2003, 2009.

Depreende-se dos dados que as políticas governamentais dos últimos anos, especialmente nos dois períodos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, induziram a ampliação do acesso à educação superior, tanto nas IES públicas, quanto nas IES privadas, no turno noturno, permitindo que significativa parcela da população, especialmente jovens trabalhadores, pudesse ter acesso a um curso de graduação. Esse fato significa também a ampliação de oportunidades educacionais para segmentos da população, antes excluídos desse nível de ensino.

Para concluir: desafios para a democratização da educação superior.

As análises e os dados apresentados ao longo deste texto permitem algumas conclusões que contribuem para compreender a temática deste estudo. Embora a educação superior na região Centro-Oeste tenha sido privatizada e se expandido, tanto em número de IES quanto de cursos e matrículas, ela ainda continua excludente, na medida em que deixa de atender aproximadamente 50% da demanda por esse nível de ensino. Observa-se, ademais, um lento incremento na Taxa de Escolarização Líquida: apesar de os estados da região não apresentarem os piores índices do Brasil, é preciso atentar para o fato de que, da pré-escola à educação superior, as políticas públicas de Estado ainda têm muito a superar. A Tabela 17 fornece esses dados, comparando-se Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Superior:

Tabela 17 - Taxas de Escolarização Bruta e Líquida – 2007

Unidade da Federação	Ensino Fundamental (7 a 14 anos)		Ensino Médio (15 a 17 anos)		Ed. Superior (18 a 24 anos)	
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida
Brasil	116,0	94,6	82,6	48,0	24,3	13,1
Norte	117,4	93,2	75,2	36,0	19,3	9,0
Nordeste	122,9	93,6	79,4	34,5	15,9	7,7
Sudeste	111,7	95,4	87,5	58,8	28,6	16,4
Sul	111,3	95,2	79,9	55,0	30,8	16,8
Centro-Oeste	116,4	94,7	84,4	49,6	28,8	15,6

Fonte: IBGE/Pnad; Elaborado por Inep/DTDIE

Os dados mostram que a região Centro-Oeste encontra-se em terceiro lugar na Taxa de Escolarização Líquida referente à Educação Superior, pois as regiões sul, com 16,8 e sudeste com 16,4 registram níveis de escolarização mais elevados, fato que se reproduz em outros indicadores sociais e econômicos. A região nordeste apresenta o menor índice (7,7%), bem como a região norte, 9% dos jovens com 18 a 24 anos matriculados na educação superior, o que supõe a existência de significativos contingentes de jovens fora dessa faixa etária matriculados nesse nível de ensino. Isso sem contar os jovens que nem sequer conseguem acessar a vaga de uma instituição de educação superior, especialmente a de uma IES pública.

Persistem, portanto, apesar dos processos de expansão, interiorização e ampliação do acesso, analisados ao longo deste capítulo, desafios a serem enfrentados pelo Estado, do ponto de vista das políticas públicas. Bojo desses desafios, sem dúvida, o maior deles consiste em tornar a educação superior brasileira menos elitista e excludente, marcas herdadas de um passado de um passado histórico não tão longínquo.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Almerindo J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2000.
- BITTAR, Mariluce. **A face oculta da assistência**. 2.ed. Campo Grande: Editora UCDB, 1995.
- BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Ensino Noturno** – acesso e democratização da educação superior. Projeto de Pesquisa. Campo Grande: UCDB, 2006.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90.

Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80 set. 2002, p. 234-252.

FONSECA, Marília; OLIVEIRA, João Ferreira de. Avaliação institucional nas instituições de educação superior: mecanismos de articulação e gestão universitária. In: **XIV Seminário Nacional Universitas/Br.** Cd-Room. Belém-PA, 2007, p. 1-15.

INEP/MEC. **Sinopse do Ensino Superior de 1991.** Brasília, 1992. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/htm>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

INEP/MEC. **Sinopse do Ensino Superior de 1996.** Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/htm>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

INEP/MEC. **Sinopse do Ensino Superior de 2002.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/htm>>. Acesso em: 30 nov. 2011.

INEP/MEC. **Sinopse do Ensino Superior de 2006.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/htm>>. Acesso em: 26 out. 2011.

superior/censosuperior/sinopse/htm>. Acesso em: 26 out. 2011.

INEP/MEC. **Sinopse do Ensino Superior de 2008.** Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/htm>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

INEP/MEC. **Sinopse do Ensino Superior de 2009.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/htm>>. Acesso em: 20 nov. 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira; DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma da educação superior e os seus desdobramentos nas universidades federais: tópicos para um debate. **Série-Estudos**, Campo Grande-MS, n. 16, jul./dez. 2003, p. 79-90.

RISTOFF, Dilvo. Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. **Educação superior no Brasil: 10 anos pós-LDB.** Brasília: INEP, 2008, p. 39-50.

SOUZA, José Vieira de; ARAÚJO, Josenilson Guilherme de. Educação Superior no Distrito Federal – 1991-2004. In: **Educação Superior Brasileira – 1991-2004.** Brasília: INEP, 2006, p. 22-94.

Endereço para correspondência: Mariluce Bittar - Av. Tamandaré, 6000, Jardim Seminário, Campo Grande – MS. CEP: 79117-900 -

E-mail: bittar@ucdb.br

Endereço para correspondência: João Ferreira de Oliveira - Rua Delenda Resende de Melo s./n., Setor Universitário, CEP: 74605-050 - Goiânia, GO - Telefone: (62) 32096201

E-mail: joao.jferreira@gmail.com

Endereço para correspondência: Jandernaide Lemos - BR 153 Km 98, Campus Anápolis, CEP: 75001-970 - Anápolis, GO – Brasil, Telefone: (62) 33281178